

## EIXO 3. SISTEMAS PRODUTIVOS

Com o avanço do novo milênio novas perspectivas e também novas preocupações tem afetado a todos, sejam pelos novos padrões de consumo da sociedade, seja pelo esgotamento dos recursos naturais e seus impactos. Observa-se uma divisão no mundo entre os países que se comprometem e os que nem admitem a discussão destes temas, ou quando muito usa a conservação do planeta como moeda de barganha.

No Brasil, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo gerou conflitos e chocou interesses. O crescimento da produção em grandes áreas de cerrado se deu em detrimento da biodiversidade. A sociedade demanda uma produção, que simultaneamente conserve os sistemas naturais e forneça produtos saudáveis, sem perda do padrão de segurança alimentar alcançado.

O DF se consolidou como pólo dinâmico da agricultura brasileira, senão pela escala de produção, pela diversidade de produtos, ganhos de produtividade e qualidade do abastecimento proporcionado ao mercado consumidor da capital.

O DF e seu entorno apresentam características naturais, climáticas, econômicas, sociais e políticas extremamente adequadas à boa parte das atividades agropecuárias. Observa-se, por outro lado, uma demanda impulsionada pelo mercado local, principalmente do DF diante dos seus mais de dois milhões de habitantes, o que naturalmente já impulsiona a expansão das mais diversas atividades.

A agropecuária tem um papel relevante na economia da região, principalmente no Entorno do DF, onde as maiores áreas de solo são ocupadas com culturas de grãos e pasta-

gens artificiais.

A olericultura é expressiva, contudo localiza-se principalmente nas regiões mais próximas dos centros consumidores, caracterizando uma atividade predominantemente desenvolvida por agricultores familiares, bem como pela excelente ocupação de mão-de-obra de forma regular e constante.

### SISTEMA CONVENCIONAL

O sistema produtivo convencional está fundamentado basicamente na quimificação, melhoramento genético, mecanização e nas monoculturas. É fato que por muito tempo ela vem dominando os sistemas produtivos no espaço rural brasileiro. Por outro lado, existe um passivo ambiental muito grande deixado pelas práticas deste sistema, bem como um nível de endividamento respeitável dos produtores rurais que correm constantemente atrás das inovações tecnológicas.

A saúde dos produtores, trabalhadores e consumidores também fica comprometida neste processo de produção, que por uma visão imediatista do negócio agrícola, acaba interferindo na lucratividade e na sustentabilidade do processo, nesse caso o estado deve fornecer assistência técnica de qualidade, com a urgência que o problema merece.

A produção de commodities baseada nos pacotes da Revolução Verde, como a soja, milho e a cana está voltada prioritariamente para exportação, sendo que quem tem dado segurança alimentar ao sistema é a agricultura familiar, que representa mais de 60% da alimentação básica da população brasileira.

Cabe aqui avaliar os bônus e ônus deste processo e como ele deve continuar amenizando



seus efeitos deletérios e potencializando a sua capacidade de fornecimento de alimentos, fibras e combustíveis, bem como a contribuição para a estabilidade econômica e ambiental do DF e do país.

Propostas complementares, reunidas nas pré conferências e referendadas na 1ª Conferência Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal:

Disponibilizar um trator a cada Projeto de Assentamento com todos os implementos, acrescidos dos insumos e sementes para assegurar inicialmente a segurança alimentar destas famílias;

Promover cursos de capacitação para o preparo e uso correto dos adubos orgânicos, plantio, colheita e conservação dos alimentos;

Realizar estudos da viabilidade técnica e econômica dos sistemas agropastoris, silvicultura, sistemas agroflorestais, disponibilizando a devida e de qualidade assistência técnica;

Avançar e políticas que aproveitem as áreas de Reserva Legal de forma econômica e sustentável com plantas endógenas para a produção de agroenergia;

Apoio à produção disponibilizando uma patrulha mecanizada para os agricultores, levando em conta a proporção nos núcleos rurais de um conjunto de equipamentos para até 70 famílias;

Apoiar na transição agroecológica da produção convencional;

### **SISTEMAAGROECOLÓGICO/ORGÂNICO**

A agroecologia pode ser entendida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecos-

sistemas sustentáveis. A compreensão dos processos e interações ecológicas pode levar à construção e o redesenho de agroecossistemas de alto grau de sustentabilidade e com menor dependência de insumos externos.

A agroecologia destina-se a apoiar a transição de modelos convencionais de agricultura e desenvolvimento rural para estilos de agricultura e desenvolvimento sustentáveis. Para a agroecologia, a sustentabilidade vai além da mudança de referencial metodológico e tecnológico de produção, respeitando também preservação ambiental, cultural, buscando o bem estar, a cidadania, organização social, além de melhoria dos indicadores econômicos.

A agroecologia vem sendo trabalhada no DF e Entorno por diversas instituições governamentais e não governamentais, enfocando a capacitação de agricultores e técnicos, criação de fóruns e a elaboração de agendas de compromissos, de curto, médio e longo prazo entre instituições e representações de agricultores e da sociedade civil; envolvem também ações de articulação e colaboração com relação às políticas públicas de incentivo e fomento às atividades no campo da agroecologia, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, ações de organização da comercialização de produtos de base ecológica.

Entretanto, é necessário intensificar as ações visando fortalecer este trabalho, especialmente consolidar fóruns de discussão representados pelos Seminários de Agroecologia, Núcleo de Estudo, Pesquisa Agroecológica e Sustentabilidade – NEPEAS/UnB, Grupos técnicos como a comissão da produção orgânica no DF - CPORG, Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural sustentável e outros no âmbito

acadêmico, técnico, dos grupos organizados de agricultores e ONGs.

Outras importantes contribuições foram contempladas na 1ª CDRSS-DF:

Necessidade de estruturação de apoio a cadeia produtiva de produtos orgânicos;

- Avançar em incentivos ao associativismo, cooperativismo, regionalização das cooperativas orgânicas e a criação de circuitos sustentáveis de comercialização;
  - Ampliação do número de agricultores convencionais assistidos com enfoque na transição agroecológica;
  - Ampliação e qualificação de ações de pesquisa, incluindo o enfoque participativo e ATER, visando intensificação da abordagem agroecológica;
  - Criar Centros de Referência em Agroecologia;
  - Fortalecer as ações do ensino formal e informal enfocando os princípios agroecológicos e a socioeconomia solidária, visando à formação de profissionais capazes de atuar junto à pesquisa, ensino e ATER, capacitando-os a contribuir para o desenvolvimento rural sustentável;
  - Garantir recursos financeiros visando incrementar referências em Agroecologia, implementando mais unidades de experimentação ou demonstrativas nas áreas rurais e incentivando os centros de estudos agroecológicos;
  - Intensificar a divulgação dos princípios agroecológicos e a capacitação dos agricultores e suas organizações por meio de palestras e cursos;
- Facilitar o acesso e diferenciar ações de crédito dirigido à produção ecológica;
  - Incentivar e desenvolver a pecuária ecológica;
  - Incentivar e desenvolver a produção de sementes agroecológicas e a conservação de sementes crioulas;
  - Instituir ações para o aproveitamento dos resíduos orgânicos das unidades de abastecimento como a Ceasa, visando a produção de composto e devolvendo ao campo adubos orgânicos de baixo custo;
  - Incentivo e apoio à criação de instituições ou departamentos que se responsabilizem pelos mecanismos de garantia da qualidade orgânica (certificação por mecanismos de controle social, certificação participativa ou auditoria), bem como prioritariamente que estejam sediadas no DF ou Entorno;
  - Ter ações que aproveitem o potencial do DF para o turismo rural para implantar experiências e divulgar a agroecologia no Distrito Federal e Entorno;
  - Formular políticas públicas de desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica;
  - Garantir políticas públicas que disponibilizem recursos específicos para qualificação profissional visando a ampliação da agricultura orgânica no Distrito Federal e Entorno;
  - Criação de “Selo” de identificação da produção da olericultura orgânica por região, utilizando formato como cooperativas.
  - Ampliar e melhorar o apoio técnico e aperfeiçoar os processos produtivos orgânicos;



Grupo de Trabalho na Conferência - Planaltina, DF.

## SETORES PRODUTIVOS

Os setores produtivos são classicamente divididos pela economia em setor primário, setor secundário e setor terciário. O espaço rural atual comporta simultaneamente estes três setores. O setor primário compreende basicamente a agricultura e a pecuária.

O setor secundário compreende aquele que agrega valor aos produtos primários, modificando as características originais dos produtos. O setor secundário responde principalmente pelas agroindústrias e atividades artesanais.

O setor terciário compreende aquele que presta serviços. Esta atividade envolve principalmente a comercialização dos produtos rurais e as atividades de turismo rural. Esta atividade e a secundária vêm crescendo no espaço rural nas últimas décadas e merece uma reflexão, quanto aos marcos legais e institucionais.

### SETOR PRIMÁRIO:

#### OLERICULTURA E FRUTICULTURA

A cadeia produtiva das hortaliças no DF, com base no estudo da realidade, apontou que não existem impedimentos de monta para que se desenvolva rapidamente. Há a possibilidade, inclusive, de que se transforme em um exemplo de competitividade e sustentabilidade para outros locais, desde que sejam adotadas políticas ajustadas às suas características e necessidades específicas. Essa visão vem alicerçada pela análise das vantagens comparativas demonstradas pelo DF, evidenciadas pelas oportunidades disponíveis no ambiente externo e pontos fortes da infra-estrutura e estrutura produtiva local. Dentre eles, podem ser citados:

### Oportunidades:

- Tendência natural crescente para o consumo de olerícolas;
- Perspectiva imediata de regularização das terras públicas rurais do DF;
- Aumento real do salário mínimo;
- Economia estável;
- Hortaliças como alimentos funcionais;
- Mercado consumidor da região do entorno do Distrito Federal;
- Existe disposição do consumidor em pagar melhor por qualidade;
- A mídia favorece o consumo de hortaliças;
- Consumo "per capita" ainda é baixo;
- Brasília não produz todos os tipos de produtos;
- Mercado exigente e em crescimento acelerado;
- Alto potencial de crescimento do "turismo de eventos" no DF (exemplo: Copa do Mundo);
- Aumento do consumo de alimentos saudáveis;
- Procura por novidades;
- Produção integrada pelo alto nível de exigência do consumidor;
- Industrialização (Indústria de sopas prontas, temperos em pó, etc.);
- Pólo exportador de sementes de hortaliças;



Grupo de Trabalho na Conferência Regional - Ceilândia, DF.



- Crescimento da população do DF e do entorno;
- Comércio organizado;
- Mudanças de hábitos alimentares dos consumidores;
- Produção de orgânicos devido à alta demanda e baixa oferta;
- Chance de lucratividade;
- Rapidez de retorno financeiro;
- Possibilidade de exportação;
- Nível cultural e econômico da população;
- Não exige para produção de olerícolas módulo agrário extenso;
- Incentivo à produção e consumo orgânico e de produtos naturais;
- Mercado institucional da merenda escolar;
- Mercado consumidor local com renda suficiente para absorver a produção local;
- Ainda existe uma grande fatia do mercado que adquire produtos de fora;
- Consumidor concentrado em área relativamente pequena.
- Pontos fortes:
- Oportunidade de venda direta;
- Informação de mercado;
- Produtores capacitados;
- Centros de Ensino e Pesquisa subaproveitados;
- Diversidade de origem dos consumidores;
- Existência de feiras livres e permanentes;
- Área disponível;
- Diversidade de produtos;
- Proximidade do mercado;
- Posição estratégica em relação aos demais mercados regionais;
- Alta renda do consumidor do DF;
- Não seria difícil obter uma logística comum a vários produtores;
- A malha viária ajuda no escoamento da produção;
- Grande disponibilidade de informação nos órgãos governamentais;
- Presença das instituições: Pesquisa e Universidades, extensão rural;
- Disponibilidade de linhas de crédito;
- Clima e altitude no DF;
- Boa disponibilidade de insumos;
- Extensão Rural atuante refletindo na produtividade, somente para alguns;
- Assistência Técnica pública disponível e capitalizada;
- Ceasa DF;
- Condições edafoclimáticas favoráveis;
- Tecnologia adaptada à realidade local;
- Agricultura com bom nível de tecnologia;
- Utilização das tecnologias a favor do consumidor;

- Desenvolvimento de novas variedades resistentes e produtivas;
- Existência de bons grupos de comércio “Grande concorrência”.

A análise da realidade regional permitiu a identificação de alguns problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento sustentável do agronegócio das hortaliças no Distrito Federal. Em termos gerais, a principal constatação foi a de que o desempenho do agronegócio de hortaliças está abaixo do possível e do socialmente desejável.

Este problema tem as seguintes causas principais:

Baixo nível de organização dos produtores da cadeia produtiva;

Baixa profissionalização da administração das propriedades rurais;

Políticas públicas não ajustadas às necessidades do setor.

O armazenamento de hortaliças toma importância a cada dia em função do mercado crescente e a necessidade de uma logística melhor de conservação e comercialização desses produtos. Cabe uma reflexão da necessidade de políticas para a olericultura a curto, médio e longo prazo.

A 1ª Conferência Distrital agregou sugestões a este processo, visando potencializar os pontos fortes listados e avançar superação das dificuldades apresentadas:

- Avançar no processo de pesquisa e de desenvolvimento e implantação de novas tecnologias adaptadas às atividades e realidades locais para a olericultura e da fruticultura;

- Desenvolver ações para que o segmento da agricultura familiar tenha mais acesso as tecnologias apropriadas;

- Ampliar a oferta e disponibilidade de linhas de crédito, reduzindo a burocracia para acessá-las;

- Promover ações para maior disponibilidade de insumos locais, uma vez que boa parte dos mesmos vem de fora e portanto com custo mais elevado;

- Incentivar o sistema de agrofloresta - SAF na produção de olerícolas;

- Rever os critérios de ocupação dos pontos das feiras livres, para que as mesmas sejam voltadas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar com prioridade aos agroecológicos e orgânicos;

- Melhorar as vias de acesso e estradas rurais para o escoamento da produção;

- Divulgar mais os programas de aquisição de alimentos no DF e ENTORNO;

- Implementar o Programa de Desenvolvimento da Olericultura do DF, criado em 2009, apoiar o funcionamento do seu Comitê Gestor, designar os membros da Câmara Setorial de olericultura do DF e instalá-la devidamente.

## **FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS**

O DF tem todas as condições para se tornar um grande produtor e exportador de excedentes de flores e de plantas ornamentais. É grande consumidor, mantendo, contudo, grande relação de dependência com outras regiões produtoras para seu abastecimento. Possui excelentes características edafoclimáticas e localização geográfica privilegiada para o

desenvolvimento de uma floricultura eficiente e competitiva.

A floricultura gera, na média nacional, 3,7 empregos diretos/ha, que vêm a equivaler a 14,2 empregos numa propriedade média dedicada à floricultura.

A produção de flores e plantas ornamentais no Brasil é desenvolvida em pequenas propriedades, cuja média nacional de área cultivada é de 3,5 hectares. Estes dados condizem perfeitamente com a situação fundiária do DF que apresenta 85% de suas propriedades com menos de 20 hectares e 67% de suas propriedades abaixo de cinco hectares (Emater, 2006).

O Desenvolvimento da floricultura no DF irá complementar importante parcela do abastecimento local e regional de consumo de flores e plantas ornamentais, e com isso reduzir a transferência de recursos econômicos para os principais pólos atuais de produção.

O setor produtivo de flores e plantas no Distrito Federal vem se consolidando e expandindo gradativamente ao longo dos últimos anos. O consumo global de flores e plantas ornamentais no Distrito Federal representa, hoje, R\$ 83 milhões anuais, a preços pagos pelo consumidor. A maior parte desses valores vem do consumo de flores e plantas ornamentais importados de outras áreas de produção, especialmente das flores de corte e envasadas das regiões de Holambra e Campinas, no Estado de São Paulo. Já as plantas para jardinagem e paisagismo vêm de fornecedores de Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre outros.

Principais entraves ao desenvolvimento do agronegócio da Floricultura no DF:

- Poucos técnicos dos órgãos assessores com conhecimento específico na área de floricultura;
- Muitos produtores trabalhando isoladamente, desorganizados, bem como organizações sociais desestruturadas;
- Ausência de informações sobre tecnologia de produção, custos operacionais e rentabilidades atualizadas para as diferentes culturas;
- Ausência de estudo sazonal de oferta e demanda de produtos regionais;
- Pesquisa pública incipiente, restrita basicamente a empresas estaduais de pesquisa no sul e sudeste do país, não refletindo as condições de cultivo locais;
- Diversidade e quantidade de produtos produzidos no Distrito Federal insuficientes para atender a demanda;
- Pouco conhecimento dos empresários e de funcionários de floriculturas da conservação de flores (estudos pós-colheita), gerando grande desperdício de mercadorias e aumentando o custo;
- Alto custo operacional de realização de análises laboratoriais visando diagnósticos fitossanitários e nutricionais, inviabilizando o suporte tecnológico para assessoria dos técnicos e produtores rurais, comprometendo o acompanhamento eficaz das unidades produtivas;
- Ausência de sistema de comunicação dentro da cadeia produtiva;
- Aumento da concorrência com supermercados e lojas de flores;



Grupo de Trabalho na Conferência Setorial - Boa Esperança, Ceilândia, DF.

- Marketing precário do setor;
- Desconhecimento dos produtos produzidos no Distrito Federal e Entorno;
- Dificuldade na formação de preços pelos empresários;
- Inexistência de produtores de insumos no Distrito Federal, bem como poucos fornecedores, impactando em altos preços aos empresários;
- Logística precária de distribuição de produtos para exportação para outros Estados e países vizinhos;
- Ausência de técnicos capacitados para emissão de Certificado de Origem - CFO para embarques de flores e plantas ornamentais para outros estados e países;
- Desconhecimento dos técnicos das rotinas e documentações necessárias para exportação de flores e plantas ornamentais;
- Desconhecimento pelos técnicos das pragas quarentenárias e análise de riscos de pragas – ARP.

De forma a reduzir as barreiras e dificuldades apresentadas para este setor, ao longo das pré conferências foram apresentadas algumas demandas e sugestões, de forma a superá-las:

- Estímulo do governo em ações para promover a regularização de todas as propriedades rurais;
- Implementar a pesquisa básica sobre a produção de flores, e assessoria institucional para incentivar o cultivo de flores no DF;
- Instituir o Programa Integrado de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do DF e Entorno;

- Construir a cobertura definitiva do pavilhão da Central Flores;
- Capacitar técnicos para assistência técnica especializada e permanente aos produtores;
- Promover eventos de capacitação para os produtores;
- Incentivar a produção de flores e plantas ornamentais como mais uma atividade para a agricultura familiar;
- Incentivar a instalação local de empresas fabricantes de insumos para reduzir os custos de produção;
- Criar subsídios com incentivos fiscais e tributários para o fortalecimento da produção local;
- Fomentar o incentivo ao racionamento de água, com o apoio à implantação de sistemas de gotejamento nas propriedades;
- Incentivar a reciclagem para a fabricação de compostos com resíduos de flores;
- Incentivar o consumo de flores e plantas cultivadas no DF e Entorno;
- Incentivar e viabilizar a exportação flores e plantas.

### **DEMAIS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS**

O agronegócio sustentável de biocombustíveis elaborados a partir de oleaginosas florestais perenes, no contexto de sóciobiodiversidade é pouco explorado no DF e Entorno, mas a evolução e consolidação desta oportunidade de negócio pode se dar a partir das necessidades de responsabilidade ambiental dos empreendedores rurais e ajuste de conduta frente ao Código Florestal brasileiro e suas atualizações, bem como as oportunidades encontradas pelo



Grupo de Trabalho na Conferência Regional - Planaltina, DF.



desafio crescente pelas substituições progressivas do diesel fóssil por biocombustíveis, em decorrência do problema das mudanças climáticas e aumento de preço dos derivados do petróleo.

As sugestões que podem ser apresentadas nesse campo do conhecimento são referentes à substituição das matérias-primas atualmente utilizadas com baixos rendimentos em biocombustíveis, de ciclo anual, provenientes de monocultivos por policultivos de culturas perenes, da biodiversidade dos biomas, com foco nas palmeiras como a macaúba, o babaçu e o dendê irrigado para o Cerrado; explorados em sistemas cultivados, com plano de manejo dos recursos florestais naturais não madeiráveis, organizada em sistema de produção agroflorestais sucessionais, nas áreas de Reservas Legais.

Contribuições adicionais da Conferência Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável:

- Desenvolver alternativas sustentáveis e que tenham inserção e boa aceitação no mercado, com custo de produção reduzido;
- Capacitar a assistência técnica para estas novas alternativas;
- Criar convênios e parcerias com a Secretaria do Entorno, viabilizando estas alternativas.
- Incentivar a indústria local para produção dos biocombustíveis;

### **PECUÁRIA**

A atividade pecuária de maior relevância social e econômica no Distrito Federal é a pecuária leiteira. A produção atual na região é de 36,3 milhões de litros de leite por ano. Possui um

rebanho estimado de 63 mil cabeças, com aproximadamente 20 mil matrizes. A região conta com 2.146 produtores de leite, sendo 553 produtores especializados.

O mercado local possui onze pequenos laticínios, entre eles a Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (COPAS), cujos cooperados, em sua maioria, são pequenos produtores familiares. Desses laticínios, sete participavam no programa do leite, tendo o Governo como principal comprador. A demanda do Governo, via o Programa do Leite da Seagri, está em torno de 40 mil litros de leite diários, e o consumo total anual no Distrito Federal está em torno de 173,7 milhões de litros. O restante da produção é vendido no mercado local, na forma de leite pasteurizado e derivados (iogurte, manteiga, queijos, requeijão entre outros).

Em função dos diagnósticos já realizados é necessário que governos e produtores organizados avancem nas questões de:

- Implementar melhorarias nas rotinas de recolhimento do leite, assegurando mais tanques de expansão alocados mais próximo da produção, preferencialmente nas comunidades rurais;
- Assegurar estratégias de forma a minimizar o atraso no pagamento do leite;
- Promover uma fiscalização eficiente para inibir a clandestinidade;
- Promover a efetiva regularização fundiária o que assegurará segurança para investimentos na produção;
- Sensibilizar e incentivar a organização rural dos produtores;
- Criar o pagamento por qualidade, ainda não implementado em muitos dos laticínios;

- Promover capacitações constantes da mão-de-obra nas propriedades e nos laticínios;
- Assegurar assistência técnica e extensão rural de qualidade;
- Aumentar as aquisições do leite pelo governo local para os programas sociais, oportunizando a aquisição de produtos lácteos para os programas PNAE e PAA, incrementando a participação da produção local no consumo do DF;
- Estabelecer fórum permanente de discussões da atividade;
- Promover capacitações visando a organização dos produtores presentes nesta cadeia;
- Instituir campanhas para melhorar a imagem do leite como alimento saudável e de qualidade;
- Dar continuidade à execução do Programa Sustentável de Desenvolvimento de Pecuária Leiteira do Distrito Federal, criado em 2008, assegurando recursos para sua execução e monitoramento;
- Implementar ações que facilitem ao pecuarista acesso à genética de qualidade, mediante fornecimento de sêmem, botijão e treinamento aos produtores e trabalhadores;
- Incentivar linhas para o pequeno produtor de leite, com investimentos para as pastagens, mecanização e eficiência na ordenha;
- Ao longo do processo participativo das comunidades rurais por ocasião das pré conferências, posteriormente validado na 1ª Conferência Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do DF observamos uma grande preocupação com outras atividades de pecuária, principalmente com a organização dos agricultores familiares e a colocação de estruturas de fomento, apresentadas a seguir:
  - Redução das alíquotas tributárias em operações de compra de produtos oriundos dos núcleos rurais;
  - Estimular a produção de pequenos e médios animais, em especial da apicultura, piscicultura, ovinocultura, caprinocultura, suinocultura, cunicultura, etc.
  - Instituir um programa de incentivos às atividades de ovinocultura e caprinocultura, que contemple, especialmente, a difusão e a transferência de tecnologias para essas atividades na região do DF e Entorno.
  - Incentivar produção e Inclusão do ovo de codorna, mel, carne de coelho e leite de cabra na alimentação escolar do DF e Entorno;
  - Mediação do Governo na relação entre integrado e integradora na produção de frango e ovos de modo a resguardar e melhorar a situação dos produtores;
  - Que a atividade de piscicultura que explore até 1 hectare de lâmina de água seja considerado de baixo impacto ambiental, e assim, seja dispensado do licenciamento ambiental;
  - Fomento a atividade da piscicultura, implantando pontos de comercialização para o peixe vivo;
  - Fortalecimento do Mercado do Peixe na Ceasa-DF;
  - Incentivar e disponibilizar crédito para a implantação e estruturação de apiários;
  - Criar o “selo de qualidade de produtos apícolas”;
  - Apoio governamental para a construção de entreposto de mel, a ser implantado preferencialmente em Formosa-GO, visando atender o DF e Entorno;

- Capacitação inicial e avançada para o beneficiamento do mel;
- Divulgação do mel como alimento e da apicultura como fonte de renda;
- Facilitar a implantação e implementação da piscicultura no DF, viabilizando a instalação de viveiros, construção de barragens e aquisição de equipamentos necessários, bem como apoiar com a qualificação profissional.

### **SETOR SECUNDÁRIO**

Compreende aquele que agrega valor aos produtos primários, modificando as características originais dos produtos, como exposto anteriormente.

### **AGROINDÚSTRIA**

Nas últimas décadas, novas demandas em relação ao consumo de alimentos começam a surgir na sociedade, que passa a valorizar os produtos alimentares que estão mais ligados à natureza, à diversidade cultural de nosso país e, principalmente à cultura rural, assim como aos alimentos que propiciam uma vida mais saudável que não utilizam, ou utilizam pouco aditivos químicos. As agroindústrias do Distrito Federal, provenientes da agricultura familiar e mesmo as de cunho patronal, surgem como alternativa para esta nova forma de consumo, com um produto diferenciado, processado no estabelecimento rural com características típicas regionais, resgatando a culinária rural.

O processo de industrialização deve proporcionar ao produtor rural, agregação de valor aos seus produtos agropecuários, valorizando mais sua produção, possibilitando assim, oportunidades de renda para a família e geração de emprego na área rural.

O produtor deve garantir que os produtos colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, dando as informações necessárias a esse respeito e sobre suas características, como composição, prazos de validade, origem, entre outros, bem como zelar pela qualidade sanitária do alimento, que começa no campo com um bom manejo das culturas agrícolas e das criações e continua nas unidades de processamento.

Queremos uma área rural que assegure segurança para que os agricultores possam instalar seus empreendimentos agroindustriais, desta forma faz-se necessário garantir recursos financeiros em volume e condições acessíveis, garantir a assessoria técnica desde a prospecção do plano de negócio, passando pela produção, processamento até a comercialização, que assegure o acesso a novos pontos de comercialização, principalmente para a agricultura familiar, que continue avançando na legislação, trazendo para a legalidade os informais e dando incentivos fiscais e previdenciários, que estruture um laboratório exclusivo para as demandas das agroindústrias, que promova constantemente a capacitação de mão-de-obra para as atividades das agroindústrias, e que coíba os produtos sem origem.

Complementando estas sugestões já debatidas em fóruns específicos para tratar deste tema da agroindústria, as pré conferências contribuíram, apresentando a seguir as principais propostas:

- Desenvolver um programa de fortalecimento e fomento para as agroindústrias, fortalecendo a SEAPA e EMATER-D estruturando e implementando a assistência técnica para as agroindústri-



Artesanato - DF

as, fomentando principalmente as de base familiar, contemplando incentivos fiscais, criação de pontos de comercialização e dinamização de compras governamentais;

- Incentivar e fomentar agroindústrias de atividades históricas como a produção de doces e compotas;
- Implementar agroindústrias familiares, adequando as exigências legais às atividades já estabelecidas nas pequenas propriedades rurais;
- Incentivar o associativismo e o cooperativismo para os produtores deste setor, de forma que as agroindústrias ganhem escala e tenham acesso a linhas de créditos específicas;
- Realizar um diagnóstico de todas as agroindústrias no DF independentes do porte;
- Assegurar que os recursos da Fundação de Apoio a Pesquisa - FAP/DF sejam alocados de acordo com levantamento de necessidades e prioridades do agronegócio do DF, atendendo às áreas mais carentes de tecnologia e informação;
- Adequar e integrar as legislações sanitárias das agroindústrias familiares a nível territorial;
- Promover a criação de lei distrital e municipais, fomentando a produção agroindustrial.

## ARTESANATO

A atividade artesanal tem tido grande importância na geração de renda para muitas famílias e, este aspecto pode melhorar e crescer, pois o artesanato traz em si um valor cultural, além de mostrar as potencialidades locais. Para que o artesanato e o trabalho manual rural possam ser agregadores de renda para a família

rural é necessário os artesãos passem por um processo de capacitação, e gestão, aprimoramento tecnológico, organização e ter um acompanhamento para que possa de fato assumir uma postura pró-ativa, empreendedora e consolidar o artesanato e os trabalhos manuais como negócio competitivo, gerador de trabalho e renda, a partir das mudanças de padrões principalmente tecnológicos.

Por ser uma atividade realizada na sua maioria por mulheres é necessário focar o desenvolvimento comportamental como ferramenta para que a mulher rural quebre as dificuldades que tem quando passa a ser geradora de recursos para sustentação da família devido a grillhões culturais ou pouco ideais de desenvolvimento. Portanto não basta transformar a mulher em empreendedora é preciso transformar este reconhecimento em competência que pretenda o ajuste das relações interpessoais, sejam familiares e/ou dos grupos sociais envolvidos. Também é necessário trabalhar uma prospecção de mercado para gerar subsídios para realizações de clínicas com design, visando o atendimento dos segmentos de mercado mais exigentes.

A implantação para distribuição permanente de produtos, como pontos de venda fixos, participação em feiras específicas, programas de vendas por internet e criação de web site para venda de produtos, participação em encontros de rodada de negócios, entre outras, devem ser almeçadas ao mesmo tempo em que se fortalece a imagem do artesão, sua dignidade e o reconhecimento de fazeres e mestres pelas comunidades nas quais estão integrados.

Propostas complementares contempladas na Conferência Distrital:



Agroindústria Artesanal - DF

Revitalizar todos os pontos de vendas, facilitando o acesso e promovendo a divulgação e comercialização do artesanato da região rural, valorizando produtos diversificados, a exemplo artesanato em palha de milho, fibra de bananeira, buriti, trabalhos em retalhos, trabalho com fuxico e outros;

Estruturar parcerias do setor público com o sistema "S" (SEBRAE, SENAI e SENAC) que proporcionem o desenvolvimento do setor artesanal;

Articular ações de incubadoras de empresas de artesanato pelas instituições de ensino superior;

Desenvolver ações para se produzir produtos de recursos naturais e subprodutos oriundos de atividades nas propriedades rurais, dentre elas, podemos citar a utilização da pele do coelho para a confecção de bolsas e cintos, da fibra de bananeira para a produção de cestos e papeis, da palha de milho para confeccionar bonecas, do bambu para móveis, etc;

Incentivar a organização dos artesãos da área rural, tanto do entorno como do DF, fortalecendo a economia solidária e o comércio justo;

Acompanhar e orientar os pequenos agricultores do entorno que trabalham com artesanato para a captação de recurso e execução dos projetos;

Promover e incentivar a capacitação e qualificação dos artesãos do DF e Entorno;

Promover a criação de lei distrital e municipais, fomentando a produção artesanal;

## CRÉDITO RURAL

A Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 estabeleceu, no seu artigo terceiro os objetivos do crédito rural no país:

"... Art. 3º - São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo ..."

Ao longo destes quarenta e cinco anos diversas linhas de crédito têm sido operadas com diferentes condições em relação aos juros, tarifas, exigências de garantias, e definições do público de possíveis beneficiários, ora envolvendo os critérios de fomento a determinados produtos, ora envolvendo o perfil do produtor rural como é atualmente o caso do PRONAF.

No Distrito Federal e no entorno do DF um problema recorrente, que se arrasta há vários anos sem uma solução efetiva, e que atinge os produtores rurais sejam eles pequenos, médios ou grandes, é a possibilidade de oferecer a terra como garantia real nas operações de crédito rural. Com um ordenamento



fundário ainda não consolidado, o Distrito Federal e entorno do DF impõe aos seus produtores que encontrem outras garantias, seja com o gravame de outros bens familiares, seja com o recurso de avalistas que disponham de renda e bens compatíveis com o valor do crédito.

Linhas de crédito específicas como o PRONAF, destinadas ao agricultor familiar, adotam definições de âmbito nacional que acabam por excluir diversos produtores distritais. Estes produtores, apesar de possuírem um modo de produção claramente familiar, acabam não se enquadrando porque os critérios utilizados são critérios baseados em parâmetros nacionais que não levam em consideração a realidade local.

Políticas locais traduzidas especialmente, no CREDITRABALHO, Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR, e Fundo de Aval, necessitam de ajustes, mas principalmente de estruturas ágeis na sua operação para que se tornem, de fato, indutoras do desenvolvimento local. A ausência de equipes técnicas capazes de manter tais instrumentos em operação regular e contínua tem sido característica marcante destes instrumentos, levando os produtores do Distrito Federal a uma situação de descrença e desânimo que necessita ser revertida.

Exigências ambientais cada vez mais restritivas vêm sendo impostas aos produtores rurais sem que, em contrapartida, o governo esteja estruturado para dar respostas rápidas e oportunas. A licença ambiental é exemplo claro da necessidade urgente de regulamentar, simplificar e de operacionalizar as normas existentes e ao mesmo tempo é exemplo gritante da falta de estrutura governamental capaz de suportar as exigências legais atuais.

## FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR/DF foi criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2.000 e, regulamentada pelo Decreto nº 22.023, de 21 de março de 2.001, com a finalidade de financiar as despesas de investimento e custeios na área rural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF/RIDE.

Os financiamentos são concedidos a projetos selecionados de acordo com critérios fixados àqueles de maior impacto social, priorizando os propostos por Associações ou Cooperativas de produtores rurais, micro, mini e pequenos produtores rurais e que se enquadrem nos Programas Prioritários, constantes do Art. 3º do Decreto nº 21.500 de 11 de setembro de 2.000.

O FDR/DF atendeu em parte as expectativas do produtor rural, para o desenvolvimento das mais diversas atividades agrícolas, como um programa de fácil acesso ao crédito, com prazos, carências e juros subsidiados, adaptados a realidade rural, o que se justifica também pelo bom valor financeiro liberado e pelo baixo índice de inadimplência apresentado, desta forma o produtor tem se mostrado confiante na importância do programa e na interação com os Técnicos extensionistas da Emater/DF e SEAPA/DF.

Para que o programa continue com suas ações faz-se necessário primeiro que o produtor atenda a Legislação Ambiental, em segundo que a titularização das terras ocorra dando aos seus legítimos ocupantes a possibilidade do cumprimento das Diretrizes Ambientais assegurando assim maior facilidade de acesso ao crédito, e terceiro que se avance no processo operacional do Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF

como instrumento de garantia das operações, assegurando recursos.

Além das questões postas, observa-se recorrentemente a necessidade de se avançar muito na estruturação e disposição de crédito como ferramenta para proporcionar o desenvolvimento das comunidades rurais; assim por ocasião da 1ª CDRSS/DF foram recolocadas mais sugestões a este processo:

- Dotar o Banco Regional de Brasília- BRB de estrutura que permita a liberação do crédito de custeio coincidentemente as épocas onde os preços dos insumos estão menores e às outras demandas dos produtores;
- Estabelecer convênios entre o BRB e cooperativas, de forma a disponibilizar montantes de créditos pré-aprovados, anualmente, de acordo com suas demandas e capacidade de pagamento, sem exigência da apresentação de projeto;
- Exclusão da necessidade do registro de Cédula Rural em cartório a qual onera o produtor;
- Implementar articulação para a renegociação das dívidas dos produtores, reconhecendo as dificuldades dos agricultores;
- Oferta de linhas de crédito rural para áreas urbanas com características rurais e áreas de preservação;
- Criação de uma linha de crédito específica para a construção de moradias nas propriedades de pequenos produtores e de agricultores familiares;
- Propor ao GDF, através do BRB, que tenham linhas de financiamento agrícola com juros mais baixos, compatíveis com a atividade rural;
- Criar para os produtos produzidos em reserva legal um selo verde, onde esses poderão ter acesso a empréstimos com menores taxas de juros, e receber incentivos pecuários em retribuição;
- Implantar linha de Crédito específica e que favoreça ao trabalhador rural, levando em consideração as necessidades das entidades que irão receber turistas estrangeiros em 2014/2016;
- Garantir recursos para o efetivo funcionamento do Fundo de Aval, criado pela Lei nº 2.652 do GDF de dezembro de 2000, e regulamentada em março de 2001;
- Tornar o seguro agrícola mais atrativo, subsidiando o prêmio com a participação de 50% do GDF, uma vez que o Governo Federal já participa com 50%;
- Desonerar os pequenos produtores do custo de elaboração de projetos de crédito rural pelo BRB, quando esse serviço for realizado por entidades públicas do GDF, ou quando a operação for semelhante à do ano anterior em termos de produtos e áreas cultivadas;
- Instrumentalizar a SEAPA, inclusive, com disponibilização de galpões para armazenamento, e apoiar as cooperativas para a implementação no DF, da política de preços mínimos do Governo Federal.
- Instrumentalizar a SEAPA para a implementação no DF, de política de preços mínimos do governo Federal;
- Promover, divulgar e assegurar que os recursos do PRONAF Jovem cheguem aos jovens rurais;
- Promover ações de acesso ao crédito aos

agricultores que não dispõem da documentação de suas propriedades rurais;

- Articular para que a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP se torne também uma garantia

para aqueles que não possuem o documento do seu imóvel rural;

- Promover incentivo fiscal com a redução das alíquotas tributárias para operações de compra de produtos oriundos dos núcleos rurais.



Conferência Setorial da FETADFE/FETRAF e MST realizada na Contag - Brasília, DF.



Delegados eleitos na Conferência Territorial - Planaltina, GO.



Conferência Setorial - Boa Esperança, Ceilândia, DF.